

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Reflexão sobre técnicas de pesquisa histórica a partir de estudo de caso
sobre a polícia paulista (1946-1964)**

Thaís Battibugli*

Resumo: O texto realiza reflexão sobre o uso técnicas pesquisa a partir de estudo sobre o sistema público de segurança paulista entre 1946 e 1964. É salientada a importância de se conjugar o uso da pesquisa qualitativa e quantitativa como estratégia para o refinamento da pesquisa.

Palavras-chave: técnica de pesquisa; análise de fontes; pesquisa qualitativa e quantitativa.

Abstract: This text aims to realize a reflection about research techniques from a study on the public security system of Sao Paulo between 1946 and 1964. The importance pointed out is the use of the qualitative and quantitative inquiry as a strategy for the refinement of the research.

Keywords: research techniques; source analysis; qualitative and quantitative research.

O pesquisador aprende desde os primeiros anos de graduação a questionar, confrontar e respeitar as fontes de pesquisa. Para tanto, deve seguir princípios metodológicos que envolvem o rigor acadêmico:

O método consiste em uma série de regras com a finalidade de resolver determinado problema ou explicar um fato por meio de hipóteses ou teorias que devem ser testadas experimentalmente e que podem ser comprovadas ou refutadas. Se a hipótese for aprovada nos testes, será considerada uma justificativa adequada dos fatos e aceita ou adotada para fins práticos (MARCONI, 2001: 15).

Um dos objetivos da metodologia é explicitar a forma de realização do trabalho: como os dados foram coletados e analisados; quais as bases teóricas utilizadas; as questões de pesquisa e as hipóteses levantadas, a lógica da produção dos argumentos. Tais procedimentos produzem inferências¹ e conclusões com maior grau de confiabilidade científica. Os procedimentos devem ser públicos, acessíveis e testáveis, como se a pesquisa pudesse ser refeita por outra pessoa (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 7; 13; 19; 26).

* Doutora em Ciência Política (USP - 2007); Mestre em História Social (USP - 2000); Bacharel em História (Unicamp - 1996). Docente do curso de Direito da Faculdade de Campo Limpo Paulista (FACCAMP).

¹ Inferência denota a relação entre duas idéias, em que uma é tomada por fundamento da outra.

O trabalho científico deve conter questões de pesquisa; base teórica; hipóteses de trabalho; coleta e análise de dados; conclusão.

As questões de pesquisa enunciam de forma clara e compreensível as dificuldades que se têm a resolver. Dessa forma, limita-se o campo de análise e os objetivos do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2000: 139-140).

A base teórica *é um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e, principalmente, explicação dos fatos*. A construção teórica é um sistema de proposições ou hipóteses válidas e sustentáveis. Assim, não é uma mera descrição da realidade, mas uma abstração (MARCONI; LAKATOS, 2000: 99; 109; 126).

Já a hipótese de trabalho é uma proposição antecipadora de um problema para cuja solução se realiza a investigação. *São sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis*² (MARCONI; LAKATOS, 2000: 136-137).

Por um lado, mesmo com a observância de todos os cuidados, nenhuma pesquisa acadêmica é irrepreensível, as críticas impulsionam o refinamento da ciência e recebê-las são *ossos do ofício*. Por outro lado, o trabalho não precisa estar imune a críticas para realizar importantes contribuições para a ciência. Entretanto, abandonar o método e a técnica e operar apenas por *insight* ou *feeling*³ torna a pesquisa cientificamente obscura e irrelevante (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 7; 9).

Enquanto o método *é o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração* da tese, a técnica está relacionada com a coleta de dados, com a parte prática da pesquisa (ANDRADE, 2005: 131; 135). Entretanto, método e técnica não são suficientes. A pesquisa científica necessita de inferências para ir além dos fatos observáveis de modo a construir conhecimento sobre dados não diretamente pesquisados. Os argumentos e conclusões baseadas em inferências ou na descrição do mundo real têm de vir acompanhadas de um certo grau de relatividade ou incerteza, pois o processo de produção de conclusões e inferências terá sempre imperfeições (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 8-9).

Para a coleta de dados, importante distinção metodológica está no uso de pesquisa qualitativa e quantitativa:

² Variável pode ser considerada uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito que contém ou apresenta valores. É um aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração.

³ *Insight: a sudden clear understanding of something, especially something complicated. Feeling: an ability to do something or understand a subject, which you get from experience*. LONGMAN. **Longman Dictionary of Contemporary English**. Longman: Essex, England, 1995: 509; 738.

A pesquisa quantitativa envolve o uso de métodos estatísticos e objetiva testar hipóteses e variáveis, explicar a evolução de eventos, processos e comportamentos de forma dedutiva. Busca, assim, padrões e descrições gerais. O método quantitativo também se utiliza da indução quando faz generalizações de uma amostra para todo um grupo, o conjunto no qual se insere.

Já a pesquisa qualitativa se concentra em estudos de casos⁴; análise de documentos; pesquisa de campo, com realização de entrevistas, em certos casos. Interessa-se pelas particularidades e pelo contexto histórico de eventos considerados paradigmáticos. Além disso, desenvolve análise indutiva, pois parte de elementos individuais para hipóteses e conclusões generalizadoras e considera importante, por exemplo, o significado que as pessoas atribuem a determinado fato histórico. As pesquisas de micro-história se utilizam da pesquisa qualitativa (GÜNTHER, 2006: 2-3; 5; KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 4; MARCONI; LAKATOS, 2000: 175-177; NEVES; 1996: 1-2).

Para a análise das informações coletadas em um determinado período histórico é necessário distinguir o que é sistemático - resistente a mudanças, persistente no tempo - ou não-sistemático, transitório, significativo apenas para um período específico (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 56).

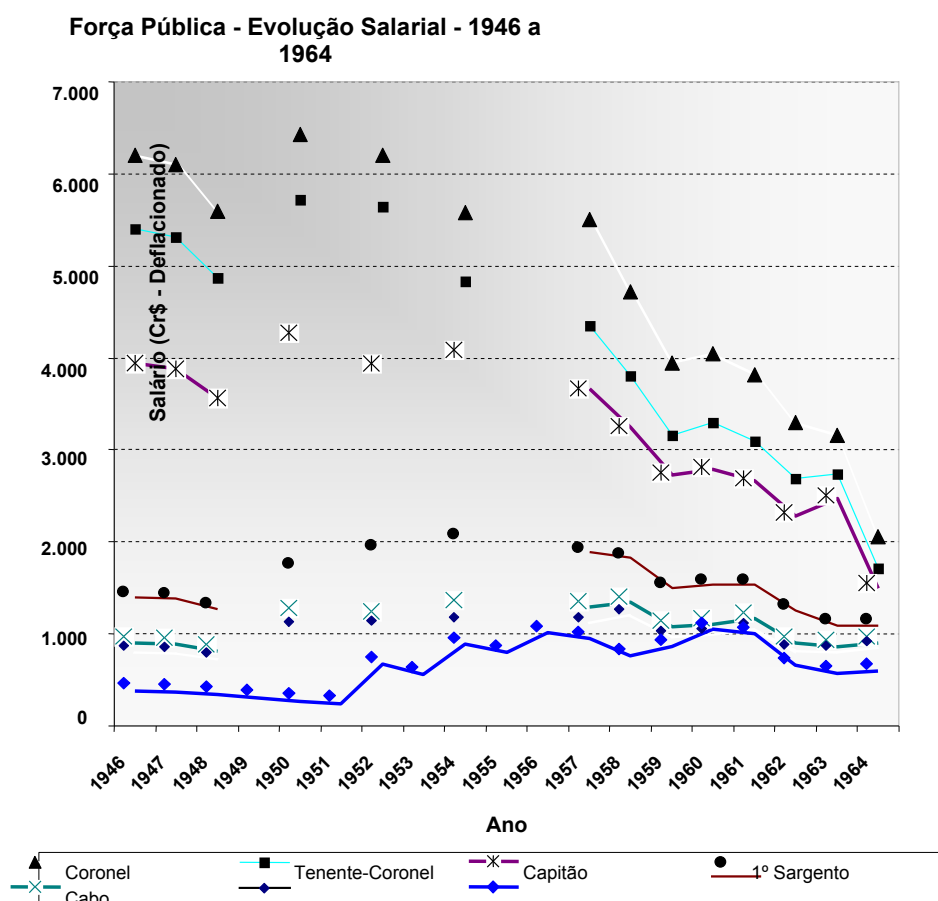
De todo modo, não há receita prévia sobre a técnica de pesquisa ideal a ser empregada, nem sobre a ordem dos requisitos metodológicos. Pode-se iniciar os trabalhos pela formulação de questões de pesquisa ou pelo trabalho de campo. Cabe ao especialista avaliar o recurso que melhor convém para responder às questões do trabalho em particular e não optar *a priori* por utilizar apenas umas das técnicas (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 13; GÜNTHER, 2006: 7; NEVES, 1996: 2).

Como exemplo, nossa tese de doutorado se utilizou de pesquisa qualitativa e quantitativa como forma de refinar a pesquisa histórica sobre a polícia paulista entre 1946 e 1964, nos governos de Ademar de Barros (1947-1950); Lucas Nogueira Garcez (1951-1954); Jânio Quadros (1955-1958); Carvalho Pinto (1959-1962); Ademar de Barros (1963-1966) (BATTIBUGLI, 2007). Em certos momentos, apenas a pesquisa quantitativa nos permitiria concluir sobre uma questão de trabalho, como as motivações para a greve da Força Pública (FP)⁵ e da Guarda Civil (GC)⁶ de janeiro de 1961.

⁴ Estudo de caso designa a pesquisa que realiza análise profunda de uma unidade de estudo. Visa ao exame detalhado de um determinado ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.

⁵ A Força Pública (FP) era a maior corporação policial paulista entre 1946 e 1964. Criada em 1831, a FP era uma corporação militar. Realizava grande parte do policiamento do interior do Estado e dividia as tarefas de policiamento com a Guarda Civil na capital.

Segundo a imprensa da época, a greve fora deflagrada em virtude da não aprovação pela Assembléia Legislativa da equiparação de vencimentos entre os policiais e servidores civis, com a concessão de abono de 30%. Nos anos que antecederam a greve, jornais e artigos de revistas das corporações policiais mencionavam significativas perdas salariais e a mobilização política do setor por aumentos, mas não se tinha a real dimensão de tais perdas entre 1946 e 1964, sabia-se apenas da forte pressão inflacionária a partir do final da década de 50. Dessa forma, o objetivo era dimensionar tais perdas para verificar se a variável salarial fora realmente um forte motivador da greve e da mobilização política intensa daqueles anos. Para tanto, foram construídos gráficos sobre a evolução salarial da FP, da GC e de delegados da Polícia Civil (PC), a partir do salário base deflacionado das carreiras⁷:



⁶ A Guarda Civil (GC) foi criada em 1926, nos moldes da Polícia Metropolitana de Londres. Era uma polícia civil fardada. A função da GC era realizar policiamento urbano preventivo e ostensivo na capital. A partir de 1947 passou a atuar nas cidades mais desenvolvidas do Estado.

⁷ Os dados foram extraídos de diversas leis e decretos-lei publicados na Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, LEX de 1946 a 1964. Os salários foram deflacionados tendo-se como base o ano de 1946=100 e a inflação anual medida pelo IGP-DI.

Gráfico 1 - Evolução do salário-base deflacionado da Força Pública para os postos de: Coronel; Tenente-Coronel; Capitão; 1º Sargento; Cabo; Soldado Engajado (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 130).

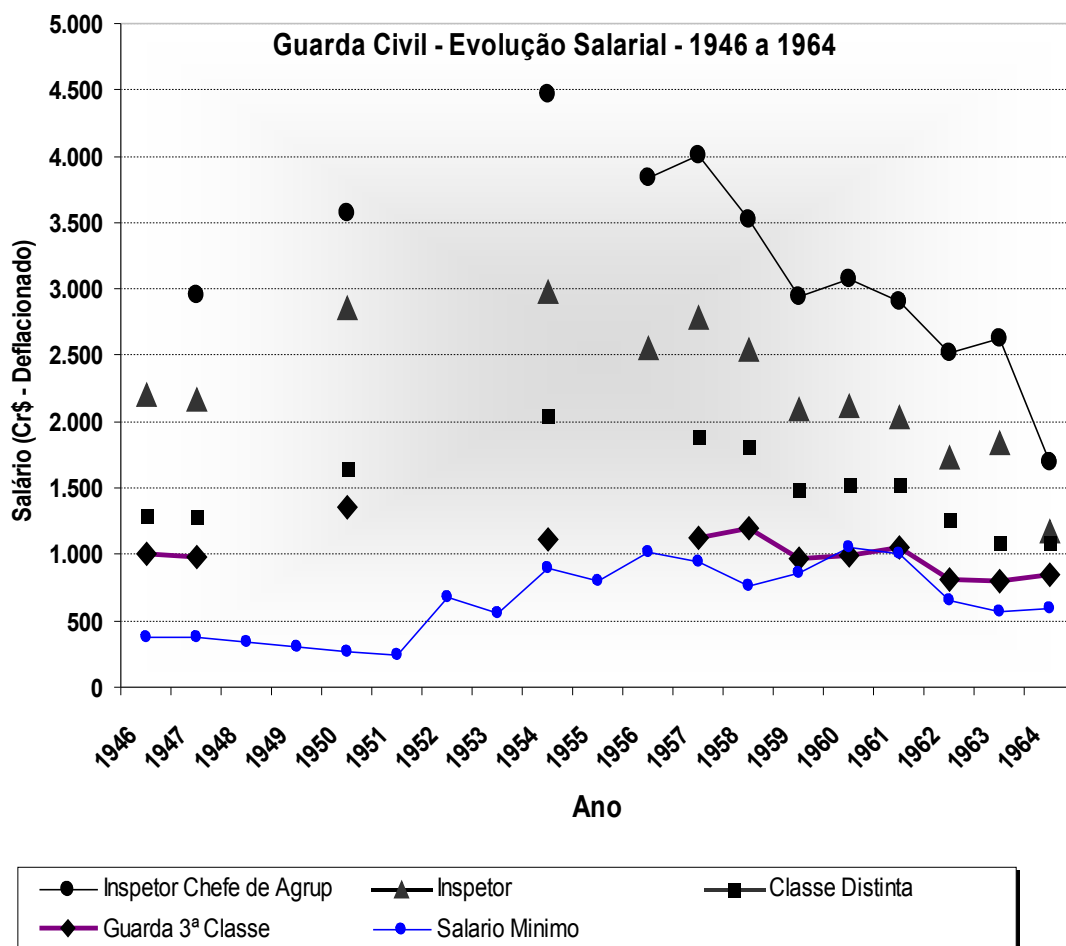


Gráfico 2 - Evolução do salário-base deflacionado da Guarda Civil para os postos de: Inspetor chefe de Agrupamento; Inspetor; Classe Distinta; Guarda Civil de 3ª Classe (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 131).

Delegados Polícia Civil - Evolução Salarial - 1946 a 1964

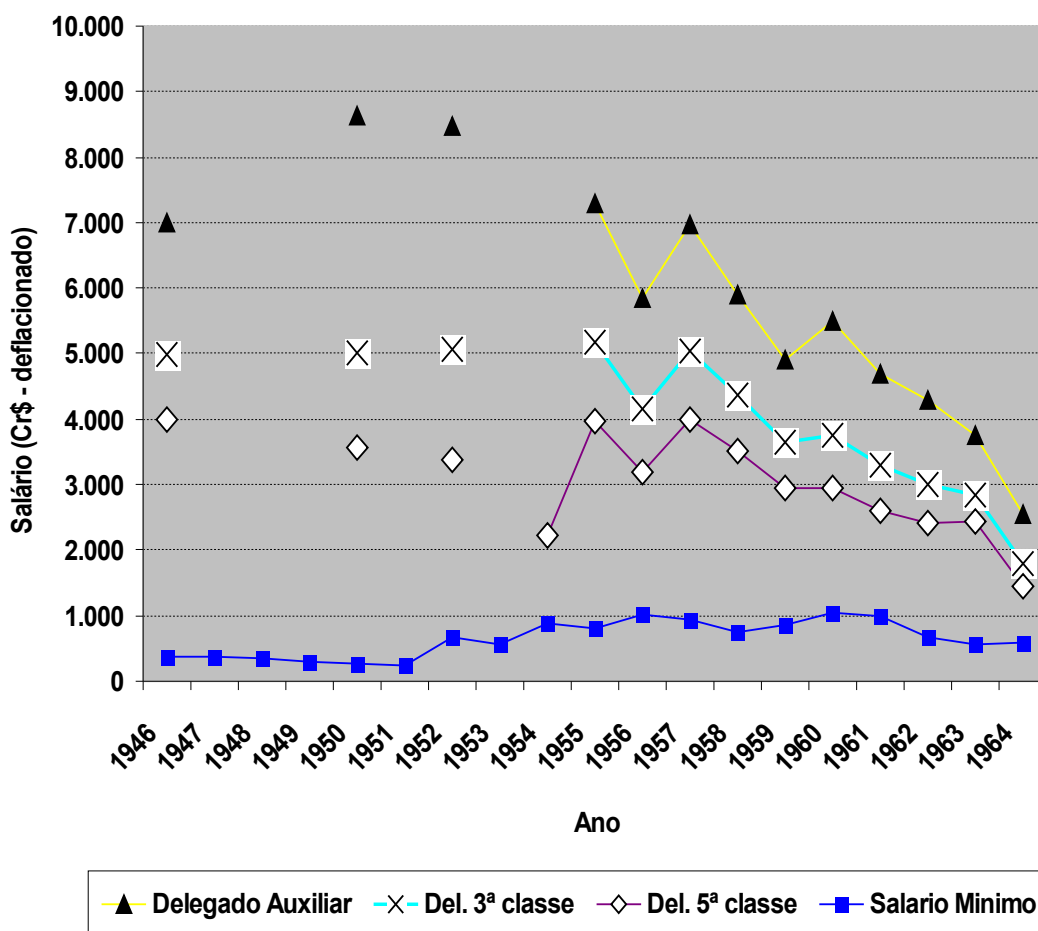


Gráfico 3 - Evolução do salário-base deflacionado da carreira de delegados da Polícia Civil para os postos de: Delegado Auxiliar; Delegado de 3ª Classe; Delegado de 5ª Classe (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 131).

A inflação do período teve a seguinte evolução⁸ (1946-1965):

Ano	Inflação anual	Índice (base 1946=100)	Ano	Inflação anual	Índice (base 1946=100)
1946	22,2%	100,0	1956	24,5%	375,6
1947	1,7%	101,7	1957	6,9%	401,7
1948	9,0%	110,9	1958	24,4%	499,8
1949	12,3%	124,5	1959	39,4%	696,8
1950	12,4%	140,0	1960	30,5%	909,0
1951	12,4%	157,3	1961	47,8%	1343,5
1952	12,7%	177,3	1962	51,7%	2037,8
1953	20,6%	213,7	1963	79,9%	3665,5
1954	25,8%	268,9	1964	92,1%	7041,5
1955	12,2%	301,6	1965	34,3%	9454,0

Os três gráficos mostram que a tendência para a evolução salarial das carreiras policiais foi de constante perda em relação à inflação anual. Os salários alcançaram seu maior nível entre 1950 e 1954, antes da escalada inflacionária a partir de 1958, com exceção de alguns anos de alta. O nível salarial do policial da Força Pública, Guarda Civil e do delegado de 1961 a 1964, foi ou mais baixo do período democrático, ou o segundo mais baixo, superando apenas os anos de 1946 a 1948, dependendo do posto. Portanto, as perdas constantes para a inflação foram um fator que coincidiram, não acidentalmente, com a greve de 1961 e com movimentos de mobilização política na FP e na GC a partir do final dos anos 50 (BATTIBUGLI, 2007: 137).

Assim, nesse caso, apenas com uma pesquisa quantitativa sobre a evolução salarial da polícia se poderia verificar com maior segurança a questão de trabalho.

A pesquisa quantitativa também foi utilizada para testar a afirmação comum na opinião pública da época sobre a defasagem do contingente policial em relação ao crescimento populacional, fator que seria uma das causas do aumento da criminalidade. Para tanto, foi construída tabela sobre a relação policial/habitante entre 1946 e 1964 (BATTIBUGLI, 2007: 304-306):

⁸ O índice de inflação utilizado foi o IGP-DI. Os dados foram extraídos no site do Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br, acesso em 20/06/2006. A inflação anual foi transformada em número índice, tendo-se como base o ano de 1946 = 100. A fórmula utilizada foi: número índice do ano anterior + (número índice do ano anterior x inflação do ano corrente) = número índice do ano corrente. Para a deflação do salário base foi utilizada a seguinte fórmula: (valor salário/número índice base do ano corrente)*100 = valor real deflacionado.

Ano	População Estado de São Paulo	Habitantes por contingente fixado ⁹ da Força Pública	Habitantes por contingente fixado da Guarda Civil
Crescimento percentual entre 1947 e 1964	74%	170%	275%
Crescimento percentual entre 1947-1958	31%	56%	128%
Crescimento percentual entre 1947-1954	47%	128%	179%

Os dados demonstraram que o contingente de policiais aumentou proporcionalmente mais do que a população, ao contrário do que se supunha. Por exemplo, entre 1947 a 1958, a população aumentou em 31%, já a FP cresceu 56% e a GC, 128%. Dessa forma, não havia falta de efetivo, mas sim uma adequada reestruturação do sistema policial com melhor distribuição e aproveitamento do contingente disponível.

A pesquisa quantitativa também auxiliou a confirmar afirmação reiterada em entrevistas com policiais de que os governadores Ademar de Barros e Lucas Nogueira Garcez davam maior auxílio financeiro à Força Pública e que Jânio Quadros e Carvalho Pinto, por sua vez, auxiliariam mais a Guarda Civil.

A tabela abaixo mostra o orçamento total destinado a cada corporação policial e o total geral por governo (BATTIBUGLI, 2007: 130):

	Orçamento ¹⁰	Total verba deflacionada (base 1946) por corporação (Cr\$)			Soma total
		Anos	Polícia Civil	Força Pública	Guarda Civil
Total Gov. Barros	1948-1951	596.744.121,29	733.373.496,05	220.904.825,77	1.551.022.443,11
Total Gov. Garcez	1952-1955	651.020.586,94	843.545.785,38	278.764.984,58	1.773.331.356,90
Total Gov. Quadros	1956-1959	709.692.289,61	767.112.445,40	408.511.608,69	1.885.316.343,70
Total Gov. C. Pinto	1960-1963	802.883.465,10	835.852.063,07	490.689.397,16	2.129.424.925,33
Total Gov. Barros	1964-1965	400.968.775,78	687.708.567,58	303.860.380,14	1.392.537.723,49
Total por corporação		2.760.340.462,94	3.179.883.789,90	1.398.870.816,20	7.339.095.069,05

⁹ Contingente fixado é aquele disposto em lei. Na prática, esse número poderia ser um pouco menor devido a aposentadorias, afastamentos, demissões.

¹⁰ Ademar de Barros organizou os orçamentos de 1948 a 1951. Lucas Nogueira Garcez, eleito com o apoio de Barros, governou de 1951 a 1954, mas se distanciou, politicamente, de seu mentor e, uma vez eleito, planejou os orçamentos de 1952 a 1955. Jânio Quadros, opositor de Barros, administrou o Estado de 1955 a 1958 e elegeu seu sucessor, Carvalho Pinto, com mandato de 1959 a 1962. Quadros foi responsável pelos orçamentos dos anos de 1956 a 1959, enquanto Pinto foi responsável pelos de 1960 a 1963. Barros voltou ao governo em 1963, foi deposto pelos militares em 1965 e aprovou orçamento de 1964 e 1965.

Os dados demonstraram que do primeiro governo Barros ao governo Carvalho Pinto, houve aumento real no total de verbas destinadas às corporações policiais. Houve queda apenas no orçamento da FP no governo Quadros.

A GC obteve aumento considerável de verbas a partir da administração Quadros e Carvalho Pinto, enquanto os maiores investimentos da FP ocorreram nas administrações de Barros e Garcez. Quanto à PC, também houve um aumento de verbas nas administrações Barros e Garcez, mas em menor escala. Por sua vez, Quadros e Pinto reverteram a tendência de crescimento de verbas da FP, somente retomada no orçamento de Barros para o ano de 1965. (BATTIBUGLI, 2007: 139)

De fato, a disposição orçamentária e as realizações dos governos indicam que Barros e Garcez dedicavam maior atenção à Força Pública e, por sua vez, Jânio Quadros e Carvalho Pinto prestigiavam mais a Polícia Civil e a Guarda Civil, o que confirmou o posicionamento da opinião pública da época.

Já certas questões de trabalho demandavam pesquisa qualitativa, como a utilizada para apurar a percepção da população e da imprensa em relação à segurança pública, através de notícias de jornais, discursos de parlamentares e pesquisa do IBOPE.

Exemplo é o discurso do deputado estadual Ulisses Guimarães, de julho de 1947, sobre a sensação de insegurança vivida pelos paulistanos. Guimarães afirmou que a cidade estaria *despoliciada e à mercê dos ladrões*, fato que poderia ser comprovado pelos jornais, segundo o deputado¹¹.

O deputado estadual Caio Prado Júnior discursou, em agosto de 1947, sobre um caso de abuso de poder na polícia e criticou a Polícia Civil, especialmente a Delegacia de Ordem Política e Social, por prender arbitrariamente, espancar e matar operários, *segundo processos de que a polícia, apesar do regime constitucional em que vivemos, ainda não esqueceu*¹².

Ulisses Guimarães e Caio Prado comentaram respectivamente sobre a percepção de insegurança social e sobre arbitrariedades praticadas pela polícia. Já o IBOPE, em 1953, realizou pesquisa de opinião entre os paulistanos sobre a eficiência policial:

O policiamento em São Paulo é eficiente ou ineficiente? ¹³
--

¹¹ AHAL, *Anais da Assembléia Legislativa*. Vol 1, 1947, p. 38-39.

¹² AHAL. *Anais da Assembléia Legislativa*, vol 1, 1947. Discurso de Caio Prado Júnior em 4 e 8 de agosto de 1947.

¹³ AEL. *Boletim das classes dirigentes*. Coleção IBOPE. 1953, p. 27. Não foi citado o número de pessoas entrevistadas.

	Homens	Mulheres	Total
Ineficiente	49%	45,2%	47,3%
Eficiente	35,8%	38,8%	37,1%
Sem opinião	15,2%	16%	15,6%

Os resultados apresentaram uma polícia ineficiente. O IBOPE comentou que:

Tem sido um problema angustiante para as populações urbanas o policiamento das cidades. Não é de hoje que observa-se reclamações constantes contra a ineficiência do trabalho da polícia nas grandes metrópoles.

Em 1955, o deputado estadual Bento Dias Gonzaga, em discurso na Assembléia Legislativa, afirmou que a população de São Paulo não possuía segurança, não devido aos delinqüentes, mas às arbitrariedades da própria polícia¹⁴. Gonzaga explicitou a relação entre abuso de poder e insegurança, de um lado; e entre abuso de poder e corrupção, de outro (BATTIBUGLI, 2007: 22-23; 27).

Outras reportagens e discursos parlamentares entre 1946 e 1964 comentavam os mesmos problemas: insegurança social, aumento da criminalidade, ineficiência policial, abuso de poder praticados por policiais contra cidadãos (BATTIBUGLI, 2007: 20-34).

Tanto a Força Pública como a Polícia Civil foram muito criticadas por transgredir a legalidade democrática. A pesquisa qualitativa demonstrou que a percepção social sobre a segurança pública era negativa.

Dessa forma, o pesquisador deve saber trabalhar com os dois tipos de análise, quantitativa e qualitativa, pois as fontes disponíveis por vezes permitem apenas uma das possibilidades, o que pode levar o acadêmico ter de ajustar a pesquisa à fonte disponível.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2005.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)**. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GÜNTHER, Hartmut. *Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?* In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 22, nº 2. Brasília: UNB, mai-ago. 2006. Pp. 201-210.

¹⁴ AHAL, *Diário da Assembléia*, 135ª sessão extraordinária em 10 de outubro de 1955. In: *Diário Oficial*, 11 de out. de 1955.

KING, G; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry. Scientific Inference in Qualitative Research*. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

NEVES, José Luis. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. In: **Cadernos de Pesquisas em Administração**. Vol. 1, nº. 3: São Paulo: FEA/USP, 2º sem. 1996.